

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	14

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.115
Preferenciais	710
Total	4.825
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	613.099	0
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.786	0
1.01.01	Caixa	1.786	0
1.02	Ativos Financeiros	591.798	0
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	58.541	0
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	58.541	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	106.451	0
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	106.451	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	426.806	0
1.02.04.04	Operações de Crédito	302.703	0
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-1.152	0
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	125.255	0
1.03	Tributos	5.958	0
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	5.936	0
1.03.03	Outros	22	0
1.04	Outros Ativos	8.577	0
1.04.03	Outros	8.577	0
1.04.03.02	Outros Ativos	8.577	0
1.05	Investimentos	4.980	0
1.05.01	Participações em Coligadas	480	0
1.05.05	Outros Investimentos	4.500	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	613.099	0
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	451.254	0
2.02.01	Depósitos	451.173	0
2.02.04	Outras Captações	81	0
2.02.04.01	Outros Passivos Financeiros	81	0
2.03	Provisões	8.028	0
2.04	Passivos Fiscais	8.324	0
2.04.01	Correntes	1.691	0
2.04.02	Diferidos	6.633	0
2.05	Outros Passivos	3.010	0
2.07	Patrimônio Líquido	142.483	0
2.07.01	Capital Social Realizado	82.028	0
2.07.02	Reservas de Capital	9.000	0
2.07.04	Reservas de Lucros	45.690	0
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.918	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	847	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	16.768	31.507	0	0
3.01.01	Operações de Crédito	11.282	20.781	0	0
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.486	10.726	0	0
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-14.849	-26.693	0	0
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-14.588	-26.112	0	0
3.02.02	(Provisão) / Reversão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-261	-581	0	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.919	4.814	0	0
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	2.174	4.520	0	0
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	815	1.303	0	0
3.04.03	Despesas com Pessoal	-1.547	-4.095	0	0
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-786	-1.154	0	0
3.04.05	Despesas Tributárias	-157	-349	0	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	3.965	8.987	0	0
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-123	-194	0	0
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	7	22	0	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	4.093	9.334	0	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.927	-4.416	0	0
3.06.01	Corrente	-1.932	-4.415	0	0
3.06.02	Diferido	5	-1	0	0
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	2.166	4.918	0	0
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	2.166	4.918	0	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	2.166	4.918	0	0
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	1,7956	4,0768	0	0
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,8978	2,0384	0	0
3.99.01.01	ON	0,4489	1,0192	0	0
3.99.01.02	PN	0,4489	1,0192	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,8978	2,0384	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.99.02.01	ON	0,4489	1,0192	0	0
3.99.02.02	PN	0,4489	1,0192	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	2.166	4.918	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	563	-6.471	0	0
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	563	-6.471	0	0
4.02.01.01	Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	1.023	-11.765	0	0
4.02.01.02	Efeito Fiscal	-460	5.294	0	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	2.729	-1.553	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-32.514	0
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	1.242	0
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	9.334	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-8.092	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-33.756	0
6.01.02.01	(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	-5.321	0
6.01.02.02	(Aumento) em Operações de Crédito e Outros Créditos	-82.133	0
6.01.02.03	(Aumento) em Outros Ativos Financeiros	-66.181	0
6.01.02.04	Redução em Ativos Fiscais	1.438	0
6.01.02.05	Redução em Outros Ativos	8.341	0
6.01.02.06	Aumento em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	122.943	0
6.01.02.07	Aumento em Provisões	235	0
6.01.02.08	(Redução) em Passivos Fiscais	-8.395	0
6.01.02.09	Aumento em Outros Passivos	1.757	0
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-6.440	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	26.936	0
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-4.500	0
6.02.02	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	-20.573	0
6.02.03	Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	52.009	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.264	0
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-2.264	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.842	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.628	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.786	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	82.028	9.000	41.724	0	0	7.318	140.070
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	3.966	0	0	0	3.966
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	82.028	9.000	45.690	0	0	7.318	144.036
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	4.918	-6.471	-1.553
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	4.918	0	4.918
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-6.471	-6.471
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-11.765	-11.765
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	5.294	5.294
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	82.028	9.000	45.690	0	4.918	847	142.483

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Justificativa: O Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, relativamente aos períodos anteriores.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	41.022	0
7.01.01	Intermediação Financeira	31.507	0
7.01.02	Prestação de Serviços	1.303	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-581	0
7.01.04	Outras	8.793	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-26.112	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.154	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-723	0
7.03.04	Outros	-431	0
7.03.04.01	Processamento de Dados	-97	0
7.03.04.02	Serviços do Sistema Financeiro	-47	0
7.03.04.03	Seguros	-71	0
7.03.04.04	Outros	-216	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	13.756	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.756	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	22	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.778	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	13.778	0
7.09.01	Pessoal	3.420	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.196	0
7.09.01.02	Benefícios	175	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	49	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.440	0
7.09.02.01	Federais	5.401	0
7.09.02.03	Municipais	39	0
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	4.918	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.918	0

Comentário do Desempenho

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

- **Conjuntura Econômica**

Na economia global, indicadores recentes apontam para significativo desaquecimento da atividade econômica mundial. O acirramento de conflitos geopolíticos e a elevação de protecionismos comerciais multilaterais, por meio de elevação de tarifas alfandegárias, continuam intensificado a conjuntura de incertezas na economia internacional. Neste cenário, as expectativas são de crescimento do PIB em 2025 bem inferior aos 3,2% registrados em 2024.

No Brasil, a inflação e taxa de juros altas são os principais vetores da desaceleração econômica em 2025. Somam-se a esse cenário a anunciada elevação de tarifas alfandegárias sobre exportações de produtos brasileiros para o mercado norte-americano, reforçando expectativas de desempenho bem inferior à expansão de 3,4% do PIB registrada em 2024.

De fato, constata-se desaceleração da atividade econômica em importantes setores da economia nacional, na comparação com igual período de 2024, não obstante a favorável expansão de 1,4% do PIB no primeiro trimestre, proporcionado pela favorável expansão do agronegócio.

Na produção industrial, a expansão de 1,8% no acumulado dos cinco primeiros meses do ano (últimos dados de mercado) mostra importante desaceleração frente aos 2,5% em igual período de 2024. A performance do comércio varejista ampliado, que inclui veículos, partes, peças e material de construção, acumulou alta de 1,1% até maio de 2025, ante evolução de 4,8% de igual período de 2024. Por outro lado, o setor de serviços alcançou crescimento de 2,5%, superior aos 2,0% em igual base de comparação com 2024.

Quanto ao comércio exterior, as exportações alcançaram US\$ 165,9 bilhões no primeiro semestre (US\$ 167,0 bilhões em igual período de 2024), queda de 0,7%; e as importações somaram US\$ 135,8 bilhões (US\$ 125,3 bilhões em igual período de 2024), crescimento de 8,3%. O superávit comercial no semestre foi de US\$ 30,1 bilhões, ante US\$ 41,7 bilhões em igual semestre de 2024.

Quanto a inflação, nota-se que a alta dos preços dos bens e serviços tem mostrado resiliência frente ao ciclo de elevação da taxa de juros Selic. A alta do IPCA alcançou 2,99% no semestre, ante 2,48% em igual período de 2024. Nos últimos doze meses findos em junho, o IPCA acumulou alta de 5,35%. Projeções recentes apontam para inflação anual em 2025 da ordem de 5,10%, ante 4,83% em 2024.

Nesse contexto, a taxa Selic, que tem se constituído no principal instrumento utilizado visando a convergência da inflação para a meta governamental, tem sido elevada gradativamente e saltou de 10,50% ao ano em setembro de 2024 para 15,0% ao ano em junho de 2025.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional evoluiu 3,0% no acumulado até maio (últimos dados de mercado), ante 2,7% em igual período de 2024. O segmento de pessoas físicas cresceu 4,1% nesse período, ante 4,3% em igual período do ano anterior. As provisões para risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional posicionaram-se em 7,2%.

- **Sobre o Banco Mercantil de Investimentos**

O Banco Mercantil de Investimentos (BMI), controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A., é uma instituição financeira com capital aberto com mais de cinco décadas de atuação no mercado financeiro nacional. Ao longo de sua trajetória, consolidou uma posição sólida no mercado de capitais, com presença na estruturação de operações especializadas e no desenvolvimento de soluções customizadas para seus clientes.

O BMI oferece um portfólio diversificado de produtos típicos do mercado de capitais, como Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Imobiliário (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), operações de securitização e emissões de valores mobiliários — incluindo Debêntures, Notas Comerciais e Cédulas de Produto Rural Financeira (CPR-F). A atuação da Instituição é marcada pela expertise de sua equipe,

Comentário do Desempenho

composta por profissionais altamente qualificados, com elevado conhecimento técnico e visão estratégica de mercado. O relacionamento é conduzido tanto de forma direta com empresas emissoras e investidores, quanto por meio de parcerias com outras instituições financeiras.

A Instituição vem consolidando, de forma consistente, uma trajetória de crescimento sustentada por pilares como governança corporativa, inovação e proximidade com o mercado. Os resultados obtidos refletem o comprometimento da equipe, a capacidade de adaptação frente a um ambiente dinâmico e o foco contínuo em geração de valor.

No primeiro semestre de 2025, o BMI manteve sua atuação destacada no mercado de capitais, com a estruturação e coordenação de operações relevantes, reforçando seu papel como parceiro estratégico de empresas e investidores.

Gerenciamento de Capital e Gestão de Riscos

A gestão da estrutura de capital do BMI e a definição de seus limites operacionais são conduzidas de forma integrada com o Banco Mercantil do Brasil S.A., em conformidade com as normas de regência. O cálculo dos limites é realizado de forma consolidada com o controlador.

Ao final do primeiro semestre de 2025, o índice de adequação do capital (Basileia III) alcançou 17,1%, significativamente acima do mínimo regulatório exigido de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal, evidenciando a robustez da Instituição em termos de capital e sua postura conservadora na gestão dos riscos.

A gestão dos riscos, incluindo riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e socioambiental, também é centralizada no controlador, que dispõe de estruturas especializadas e alinhadas às exigências regulatórias vigentes. Informações adicionais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 16 das demonstrações financeiras.

>> Ativos e Passivos

O Ativo total posicionou-se em R\$ 613,1 milhões. As disponibilidades e demais ativos financeiros alcançaram R\$ 593,6 milhões), 96,8% do ativo total.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam-se R\$ 106,4 milhões e são compostos por Certificados de Recebíveis do Agronegócio R\$ 64,5 milhões, Certificados de Recebíveis Imobiliários R\$ 22,9 milhões, Certificado de Direito Creditório do Agronegócio R\$ 9,2 milhões, Debêntures R\$ 4,9 milhões e Nota Comercial R\$ 4,9 milhões.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados ao valor justo por meio do resultado posicionaram-se em R\$ 58,5 milhões e estão compostos por Cotas de Fundo Imobiliário R\$ 38,1 milhões e FIDC R\$ 20,4 milhões.

As Operações de Crédito e Outros Créditos totalizaram R\$ 302,7 milhões (49,4% do total do ativo) e estão classificadas, basicamente, no estágio 1.

No Passivo, os depósitos interfinanceiros perfazem R\$ 356,5 milhões e os depósitos a prazo R\$ 94,6 milhões. Os demais passivos estão representados, principalmente, por passivos fiscais correntes e diferidos, provisões fiscais, cíveis e trabalhistas de R\$ 16,3 milhões e outros passivos de R\$ 3,0 milhões.

>> Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 142,5 milhões e o Lucro Líquido do período foi de R\$ 4,9 milhões.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 31,5 milhões. Estão representadas, notadamente, por receitas com operações de crédito R\$ 20,8 milhões e resultado com operações com títulos e valores mobiliários R\$ 10,7 milhões.

O Resultado da Intermediação Financeira Líquido da Perda Esperada de Ativos Financeiros posicionou-se em R\$ 4,8 milhões (15,3% das Receitas da Intermediação Financeira).

Comentário do Desempenho

As Receitas de Prestação de Serviços alcançaram R\$ 1,3 milhão (4,1% das Receitas da Intermediação Financeira).

As despesas de pessoal posicionaram-se em R\$ 4,1 milhões e as despesas administrativas perfazem R\$ 1,1 milhão. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 14.2 e 14.3.

No que tange às demais receitas e despesas, detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.

- **Demonstrações Financeiras no Padrão Contábil Internacional (IFRS)**

O BMI não está obrigado a apresentar demonstrações financeiras no padrão contábil IFRS, em conformidade com as normas em vigor. Informações sobre os ajustes que serão apresentados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Controlador poderão ser obtidas na nota explicativa nº 17.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o BMI vem informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, registramos agradecimento aos acionistas e clientes, pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores pelo compromisso para com as metas e objetivos do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Belo Horizonte, agosto de 2025.

Administração

Notas Explicativas



BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS

Demonstrações Financeiras Individuais

Junho de 2025

Notas Explicativas

(Em milhares de reais)		
Ativo	Nota	30/06/2025
Disponibilidades	3	1.786
Instrumentos Financeiros		591.798
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		106.451
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	106.451
Ao valor justo por meio do resultado		58.541
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	58.541
Ao custo amortizado		426.806
Operações de Crédito e Outros Créditos	6.1	302.703
(Provisão para Perdas Esperadas)	6.1.d)	(1.152)
Outros Ativos Financeiros	6.2	125.255
Ativos Fiscais		5.958
Correntes	7.1	22
Diferidos	7.2	5.936
Outros Ativos	8	8.577
Investimentos	9	4.980
Total do Ativo		613.099
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros		451.254
Passivos Financeiros ao custo amortizado		451.254
Depósitos	10.1	451.173
Outros Passivos Financeiros		81
Provisões	11	8.028
Passivos Fiscais		8.324
Correntes		1.691
Diferidos		6.633
Outros Passivos	12	3.010
Patrimônio Líquido		142.483
Capital Social	13.1	82.028
Reservas de Capital	13.2	9.000
Reservas de Lucros	13.2	45.690
Outros Resultados Abrangentes		847
Lucros Acumulados		4.918
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		613.099

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)		
	Nota	30/06/2025
Receita da Intermediação Financeira		31.507
Operações de Crédito	6.1.b)	20.781
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		10.726
Despesas da Intermediação Financeira	10.2	(26.112)
Resultado líquido da Intermediação Financeira		5.395
Perdas esperadas de Ativos Financeiros	6.1.d)	(581)
Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros		4.814
Outras receitas (despesas) operacionais		4.520
Receitas de Prestação de Serviços	14.1	1.303
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	22
Despesas de Pessoal	14.2	(4.095)
Despesas Administrativas	14.3	(1.154)
Despesas Tributárias	14.4	(349)
Outras Receitas Operacionais	14.5	8.987
Outras Despesas Operacionais		(184)
Reversões / (Despesas) de Provisões	14.6	(10)
Resultado antes dos impostos		9.334
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.3	(4.416)
Provisão para Imposto de Renda		(2.552)
Provisão para Contribuição Social		(1.863)
Ativo Fiscal Diferido		(1)
Lucro Líquido do período		4.918
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)		
Ações ordinárias		1,0192
Ações preferenciais		1,0192
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R\$ mil)		
Ações ordinárias		4.194
Ações preferenciais		724
Número de Ações em Circulação - básico e diluído		
Ações ordinárias		4.115.057
Ações preferenciais		710.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

	(Em milhares de reais)
	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.918
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(6.471)
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	(6.471)
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	(11.765)
Efeito Fiscal	5.294
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(1.553)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)							
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31/12/2024	82.028	9.000	6.228	35.496	7.318	-	140.070
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (I)	-	-	-	-	-	3.966	3.966
Reclassificação da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/2021	-	-	-	3.966	-	(3.966)	-
SALDOS EM 01/01/2025	82.028	9.000	6.228	39.462	7.318	-	144.036
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(6.471)	-	(6.471)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	4.918	4.918
SALDOS EM 30/06/2025	82.028	9.000	6.228	39.462	847	4.918	142.483
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	3.966	(6.471)	4.918	2.413

(I) Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme descrito nas notas 2.2.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

	(Em milhares de reais)
	30/06/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	9.334
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(8.092)
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	166
Atualizações Monetárias Ativas	(8.817)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	581
Resultado de Equivalência Patrimonial	(22)
Variações em Ativos e Passivos	(33.756)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(5.321)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(82.133)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros	(66.181)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais	1.438
Redução (Aumento) em Outros Ativos	8.341
Aumento (Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	122.943
Aumento (Redução) em Provisões	235
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais	(8.395)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	1.757
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.440)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(32.514)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de Investimentos	(4.500)
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	(20.573)
Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	52.009
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	26.936
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(2.264)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(2.264)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(7.842)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	9.628
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.786
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(7.842)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

	(Em milhares de reais)
	30/06/2025
1 - RECEITAS	41.022
Intermediação Financeira	31.507
Prestação de Serviços	1.303
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(581)
Outras	8.793
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(26.112)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.154)
Serviços de Terceiros	(723)
Outros	(431)
Processamento de Dados	(97)
Serviços do Sistema Financeiro	(47)
Seguros	(71)
Outros	(216)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	13.756
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	13.756
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	22
Resultado de Equivalência Patrimonial	22
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	13.778
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13.778
Pessoal	3.420
Remuneração Direta	3.196
Benefícios	175
FGTS	49
Impostos, Taxas e Contribuições	5.440
Federais	5.401
Municipais	39
Remuneração de Capitais Próprios	4.918
Lucros Retidos do Período	4.918

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil de Investimentos S.A. (Banco) é controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais com foco no financiamento de capital às atividades produtivas a curto, médio e longo prazos. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 14º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das informações contábeis em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador conforme estabelece o art. 5º da Resolução nº 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco Mercantil de Investimentos S.A. em 05/08/2025.

2.2. Mudança da Política Contábil e reclassificação de informações comparativas

Em 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 que alterou os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros. Os principais ajustes decorrentes da aplicação da norma são: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.

Balço Patrimonial	31/12/2024	Ajuste 4.966		01/01/2025
		Reclassificação	Mensuração	
Disponibilidades	1.171	-	-	1.171
Instrumentos Financeiros	477.897	-	7.211	485.108
Ao valor justo por meio do resultado	-	58.031	13.149	71.180
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	190.295	(58.031)	(5.866)	126.398
Ao custo amortizado	287.602	-	(72)	287.530
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.457	-	-	8.457
Títulos e Valores Mobiliários	220.016	(220.016)	-	-
Operações de Crédito e Outros Créditos	78	220.016	540	220.634
(Provisão para perdas esperadas)	(23)	-	(612)	(635)
Outros Ativos Financeiros	59.074	-	-	59.074
Ativos Fiscais	4.664	-	2.733	7.397
Correntes	1.377	-	-	1.377
Diferidos	3.287	-	2.733	6.020
Outros Ativos	8.101	-	-	8.101
Investimentos	457	-	-	457
Total do Ativo	492.290	-	9.944	502.234
Depósitos de demais Instrumentos Financeiros	328.311	-	-	328.311
Ao custo amortizado	328.311	-	-	328.311
Depósitos	327.429	-	-	327.429
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	882	-	-	882
Provisões	7.793	-	-	7.793
Passivos Fiscal	10.741	-	5.978	16.719
Correntes	4.747	-	-	4.747
Diferidos	5.994	-	5.978	11.972
Outros Passivos	5.375	-	-	5.375
Patrimônio Líquido	140.070	-	3.966	144.036
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	492.290	-	9.944	502.234

Os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram aplicados prospectivamente e efeitos dos ajustes decorrentes da sua aplicação foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, o Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Notas Explicativas

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

Notas Explicativas

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando tivermos passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(vi) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios do Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/23, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada no Anexos I, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Notas Explicativas

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos); neste caso, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificado como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

Notas Explicativas

d) Investimentos

As participações em sociedades coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

f) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

g) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 13.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

Notas Explicativas

h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio deliberados, provisionados, pagos e a pagar aos acionistas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

i) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas (*Impairment*):** o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que a instituição terá lucros tributários futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base no estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	Jun / 2025
Disponibilidades	1.786
Total	1.786

Notas Explicativas

4. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

4.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Composição	Jun / 2025			
	Custo atualizado	Marcação a mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	70.799	312	(6.618)	64.493
Certificado de Recebíveis Imobiliários	21.749	1.229	(64)	22.914
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	9.258	-	(15)	9.243
Nota Comercial	4.864	-	(16)	4.848
Debêntures	4.986	(1)	(32)	4.953
Total Contábil	111.656	1.540	(6.745)	106.451

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	Jun / 2025
Até 1 ano	33.314
De 1 a 2 anos	7.619
De 2 a 3 anos	39.341
De 3 a 4 anos	6.347
De 4 a 5 anos	7.050
Acima de 5 anos	12.780
Total	106.451

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais *feeders*). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Perda	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Compras	Liquidações	Transferências	Jun / 2025
Estágio 1	(378)	(919)	(167)	343	-	(1.121)
Debêntures	(1)	-	(32)	1	-	(32)
Nota Comercial	-	4	(21)	1	-	(16)
CRA	(358)	(853)	(114)	331	-	(994)
CDCA	-	(18)	-	3	-	(15)
CRI	(19)	(52)	-	7	-	(64)
Estágio 2	(562)	(5.062)	-	-	5.624	-
CRA	(562)	(5.062)	-	-	5.624	-
Estágio 3	-	-	-	-	(5.624)	(5.624)
CRA	-	-	-	-	(5.624)	(5.624)
Total Geral	(940)	(5.981)	(167)	343	-	(6.745)

Notas Explicativas

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Composição	Jun / 2025			
	Custo atualizado	Marcação a mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Cotas de Fundo Imobiliário	38.111	-	-	38.111
Fundo de investimentos em direitos creditórios	20.430	-	-	20.430
Total Contábil	58.541	-	-	58.541

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Prazo	Jun / 2025
Indeterminado	38.111
De 1 a 2 anos	20.430
Total	58.541

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, é como segue:

Perda	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Jun / 2025
Estágio 1	(136)	136	-
FIDC	(98)	98	-
Cotas de Fundos	(38)	38	-
Total Geral	(136)	136	-

6. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

6.1. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição das Operações de Crédito

Jun / 2025	Até 1 ano
Capital de Giro	20.182
Títulos e Créditos a Receber	282.521
Total – Curso Normal	302.703

b) Receitas de Operações de Crédito

Descrição	Jun / 2025
Rendas de empréstimos	407
Outros Créditos	20.374
Total	20.781

Notas Explicativas

c) Movimentação da carteira por estágio

Banco	Estágio 1	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	220.556	78	220.634
Constituição / (Reversão)	82.147	(78)	82.069
Baixa (<i>Write Off</i>)	-	-	-
Saldo em 30/06/2025	302.703	-	302.703

d) Movimentação das Perdas esperadas por estágios

Banco	Estágio 1	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	612	23	635
Constituição / (Reversão)	604	(23)	581
Baixa (<i>Write Off</i>)	(64)	-	(64)
Saldo em 30/06/2025	1.152	-	1.152

6.2. Outros Ativos Financeiros

Refere-se, basicamente, à Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União. Estão contabilizados pelo custo de aquisição e são atualizados mensalmente com base na variação dos índices SELIC e IPCA, conforme pactuado nos respectivos contratos (vide nota nº 14.5).

Em 30 de junho de 2025, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 1.306.

7. Ativos Fiscais

7.1. Correntes - Impostos a compensar

Referem-se aos impostos e contribuições retidos na fonte no montante de R\$ 22.

7.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários:

Descrição	01/01/2025	Constituição	Realização	30/06/2025
Diferenças temporárias	5.917	21.443	(21.424)	5.936
Provisão para perda esperada	625	140	(646)	119
Contingências	1.591	1.704	(1.700)	1.595
Outros	3.701	19.599	(19.078)	4.222
MP 2.158/2001 ⁽¹⁾	103	-	(103)	-
Total	6.020	21.443	(21.527)	5.936

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados no ativo realizável a longo prazo.

b) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSLL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro a seguir.

Notas Explicativas

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, são calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes.

Diferenças Temporárias	Jun / 2025
2025	1
2026	787
2029	5.148
Total	5.936
Valor presente	1.294

7.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Jun / 2025
Resultado antes dos impostos	9.334
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.200)
Ajustes no cálculo dos tributos	(216)
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.416)

8. Outros Ativos

Descrição	Jun / 2025
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 11.b)	8.197
Rendas a receber	49
Despesas Antecipadas ⁽¹⁾	236
Adiantamentos e Antecipações salariais	49
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	23
Devedores Diversos – País	23
Total	8.577
Circulante	372
Não circulante	8.205

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

9. Investimentos

a) Participações em sociedades coligadas

Descrição	Jun / 2025
Capital social	11.500
Patrimônio Líquido Ajustado ⁽¹⁾	9.590
Total de ações - ON	575.000
Participação %	5%
Lucro societário do período	443
Resultado de participações societárias	22
Valor dos investimentos	480

⁽¹⁾ Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual o Banco Mercantil de Investimentos detém 5% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

b) Outros investimentos

Aquisição de participação de 10% no capital social da Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda, aprovada pelo Bacen em 25/06/2025 pelo montante de R\$ 4.500.

Notas Explicativas

10. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros – Ao Custo Amortizado

10.1. Depósitos

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Jun / 2025
A Prazo	17.900	76.725	94.625
Interfinanceiros	356.548	-	356.548
Total	374.448	76.725	451.173

10.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Jun / 2025
Depósitos	26.030
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	22
Outras - Fundo garantidor de crédito	60
Total	26.112

11. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- **Trabalhistas:** são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- **Cíveis:** são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- **Fiscais:** o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas.

a) Composição das Provisões

Descrição	Jun / 2025
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	8.026
Provisões para processos cíveis	2
Total – Não circulante	8.028

⁽¹⁾ Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

Notas Explicativas

b) Movimentação das Provisões

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 01/01/2025	7.752	-	41	7.793
Constituição / (Reversão) – vide nota nº 14.6.	49	-	(39)	10
Atualização Monetária	156	-	-	156
Atualização de depósitos / Liquidações	69	-	-	69
Saldos em 30/06/2025	8.026	-	2	8.028
Depósitos judiciais (vide nota nº 8.)⁽¹⁾	8.026	171	-	8.197

⁽¹⁾ No caso de ações trabalhistas tratam-se de depósitos judiciais recursais.

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais do Banco Mercantil de Investimentos S.A., classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R\$ 2.443.

12. Outros Passivos

Descrição	Jun / 2025
Sociais e Estatutárias	2.028
Credores Diversos - no País	611
Provisão para Pagamentos a Efetuar	286
Valores a pagar à Sociedades Ligadas	85
Total – Circulante	3.010

13. Patrimônio Líquido

13.1. Capital Social

O Capital Social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Jun / 2025	
	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	4.115.057	69.956
Preferenciais	710.143	12.072
Total do capital subscrito e integralizado	4.825.200	82.028

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

13.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para

Notas Explicativas

deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária no semestre não houve destinação dos resultados.

13.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período não foram declarados juros sobre o capital próprio ou dividendos.

13.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Jun / 2025
Número médio e final de ações	4.115.057	710.143	4.825.200
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	4.115.057	710.143	4.825.200
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	4.194	724	4.918
Lucro básico por ação	1,0192	1,0192	1,0192

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

14. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

14.1. Receitas de prestação de serviços

Referem-se, basicamente, ao recebimento de comissões de estruturação e distribuição de operações no mercado de capitais.

14.2. Despesas de pessoal

Descrição	Jun / 2025
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	2.266
Encargos sociais	724
Proventos	627
Participação nos lucros	303
Benefícios	175
Total	4.095

14.3. Despesas administrativas

Descrição	Jun / 2025
Serviços prestados – Ligadas ⁽¹⁾	351
Serviços de terceiros	372
Mensalidades e taxas de associações	82
Processamento de dados	97
Seguros	71
Serviços do sistema financeiro	47
Outras	134
Total	1.154

Notas Explicativas

⁽¹⁾ Refere-se ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu controlador Banco Mercantil por prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros (vide nota nº 15.1.).

14.4. Despesas tributárias

Descrição	Jun / 2025
COFINS	218
PIS	44
ISSQN	39
Outros tributos	48
Total	349

14.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Jun / 2025
Variações monetárias ativas ⁽¹⁾	8.817
Recuperação de encargos e despesas	11
Outras receitas	159
Total	8.987

⁽¹⁾ Refere-se basicamente às atualizações monetárias referente aos Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União.

14.6. Reversões / (Despesas) de Provisões

Descrição	Jun / 2025
Provisões fiscais	(49)
Provisões cíveis	39
Total	(10)

14.7. Resultados não recorrentes

Em 30 de junho de 2025 não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

15. Transações com Partes Relacionadas

15.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Jun / 2025
Ativos	1.786
Disponibilidades (Banco Mercantil)	1.786
Passivos	(356.634)
Depósitos Interfinanceiros (Banco Mercantil)	(356.548)
Outras obrigações (Banco Mercantil / Mercantil do Brasil Corretora S.A.)	(86)
Receitas / (Despesas)	Jun / 2025
Receitas / (Despesas) da intermediação financeira (Banco Mercantil)	(18.890)
Outras receitas / (despesas) operacionais	(378)
Outras despesas administrativas (Banco Mercantil) – vide nota nº 14.3.	(351)
Despesas de custódia de TVM (Mercantil do Brasil Corretora S.A.)	(27)

Notas Explicativas**15.2. Remuneração dos Administradores e benefícios pós-emprego**

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco Mercantil de Investimentos S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 6.330.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria (vide nota nº 14.2.).

Até 30 de junho de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 30 de junho de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

15.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

16. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

No Banco Mercantil de Investimentos S.A., o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com o Controlador.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura o índice de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Notas Explicativas

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor Até 30 de junho de 2025, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 17,1%, perante um mínimo requerido de 8,0%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

No Banco, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

No Banco, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada no Controlador, e é realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	106.451	106.451	-	-	106.451
Títulos e Valores mobiliários	106.451	106.451	-	-	106.451
Ao valor justo por meio do resultado	58.541	-	-	58.541	58.541
Títulos e Valores mobiliários	58.541	-	-	58.541	58.541
Ao custo amortizado	426.806	-	426.806	-	426.806
Operações de Crédito	301.551	-	301.551	-	301.551
Outros Ativos Financeiros	125.255	-	125.255	-	125.255
Total em 30/06/2025	591.798	106.451	426.806	58.541	591.798

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 2	Nível 3	Total
Ao custo amortizado	451.254	356.548	94.706	451.254
Depósitos	451.173	356.548	94.625	451.173
Outros Passivos Financeiros	81	-	81	81
Total em 30/06/2025	451.254	356.548	94.706	451.254

Notas Explicativas

17. Outras Informações

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis ao Banco.

Assim, o Controlador, divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 30 de junho de 2025 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt-br/).

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Henrique Andrade de Araújo - Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo – Vice-Presidente
Paulo Henrique Brant de Araujo – Secretário

Delson de Miranda Tolentino
Roberto Godoy Assumpção

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
Paulo Henrique Brant de Araujo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
Hitosi Hassegawa

DIRETORES
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC-MG nº 077029/0-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco Mercantil de Investimentos S.A. ("Banco") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.2 às informações contábeis intermediárias que descreve que as referidas informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas informações contábeis intermediárias, dos períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil de Investimentos S.A. - "BMI", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do BMI, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

Belo Horizonte/MG, 05 de agosto de 2025.

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Paulo Henrique Brant de Araujo

Diretor Vice-Presidente
Hitosi Hassegawa

Diretores
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil de Investimentos S.A. - "BMI", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas Demonstrações Financeiras do BMI, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

Belo Horizonte/MG, 05 de agosto de 2025.

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Paulo Henrique Brant de Araujo

Diretor Vice-Presidente
Hitosi Hassegawa

Diretores
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo